

# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO

Rua Dr. Nelson Meireles, 108 - CEP 36.820-000 - Telefax (032) 3743-1452

Divino - MG

## **Ata da Décima Quarta Reunião Ordinária, do Segundo Período, da Quarta Sessão Legislativa, da Legislatura 2021/2024.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de agosto de 2024, às 18h, realizou-se no Plenário Ady Ribeiro de Sales, situado à Rua Dr. Nelson Meireles, n.º 108, a Décima quarta Reunião Ordinária, sob a presidência do Vereador Abelardo Gonçalves Leal Filho, com a presença dos Vereadores: Bárbara Alves Alcon, Divino Augusto de Oliveira, Leandro Rodrigues Santana, Márcio Hélio Alves Teixeira, Marcos Gonçalves Gomes Toledo, Romilda de Souza Neto, Sebastião Clarete Ferreira, Sebastião Real Sobrinho e Ulisses Campos Pereira. O vereador Jorge Nolasco de Albergaria não compareceu, mas teve sua ausência devidamente justificada e aceita pelo Plenário. Havendo número regimental para a abertura desta Reunião, o Presidente, em nome de Deus, declarou sua abertura, convidando para elevar a Deus em oração o vereador Leandro. Logo depois, foi feita a leitura da pauta. A seguir, prosseguiu-se com a leitura da Ata da décima terceira Reunião Ordinária, que colocada em discussão, não havendo impugnação, foi aprovada. Logo após, leu-se as correspondências. A seguir, o Presidente, explicou ao público que devido ao período eleitoral, de acordo com a Resolução n.º 80 de 19 de setembro de 2018. Depois, foi feita as leituras dos pareceres da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei n.º 019/2024, de autoria do Prefeito Municipal, Sr. Mauri Ventura do Carmo, que "Autoriza aquisição de terreno destinado à implantação de escola integral em Divino". Submetendo os pareceres e o próprio projeto em discussão e à votação, foram aprovados por unanimidade. Após, continuou-se com as leituras dos pareceres da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças ao projeto de Resolução n.º 003/2024, de autoria do Presidente da Câmara Vereador Abelardo, que "Fixa dotações da Câmara Municipal de Divino para o exercício financeiro de 2025, e dá outras providências". Submetendo os pareceres e o próprio projeto em discussão e à votação, foram aprovados de forma unânime. Mais tarde, leu-se o Projeto de Lei n.º 20/2024, de autoria dos membros da Mesa Diretora, vereadores Divino, Romilda e Bárbara, que "Fixa os subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal e dos Secretários do Município de Divino-MG, para a Legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2025, e dá outras providências"; incluso o parecer jurídico e parecer contábil para a apreciação do soberano plenário. Após, o Presidente consultou ao Soberano Plenário sobre os pareceres, onde não houve impugnações, sendo aprovados de forma unânime. Em seguida, submetendo o projeto em questão em discussão e à votação, foi aprovado por unanimidade. Logo, foi feita a leitura do Projeto de Resolução n.º 004/2024, de autoria dos vereadores Bárbara, Leandro, Sebastião Real, Sebastião Clarete, Romilda, Márcio, Marcos, Divino, Ulisses e Jorge, que "Fixa os subsídios do Presidente da Câmara e dos Vereadores da Cidade de Divino-MG, para a



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO

Rua Dr. Nelson Meireles, 108 - CEP 36.820-000 - Telefax (032) 3743-1452

Divino - MG

Legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2025, e dá outras providências”, incluso o parecer jurídico e parecer contábil diante do soberano Plenário para discussão e votação. Após, o Presidente consultou ao Soberano Plenário sobre o parecer jurídico, que não existindo impugnação, foi aprovado. Seguidamente, leu-se o parecer contábil, que colocado à apreciação do Soberano Plenário, o vereador Sebastião Real, usando da palavra, se manifestou com dúvidas em analisar tecnicamente os pareceres, considerando que o único advogado presente, é o vereador Ulisses. E argumentou ainda, que, nenhum dos vereadores teria expertise em contabilidade, e que ele não se sentia apto a dar um parecer, seja favorável ou contrário, e pediu a opinião do Plenário. Na sequência, a vereadora Bárbara, que é contadora, apoiou o posicionamento do vereador Sebastião Real. E explicou que não se manifestaram, pois conforme o regimento interno, pareceres jurídicos e contábeis não são votados. Após, o Presidente ponderou que, ao verificar com o departamento jurídico, constatou a existência de uma consulta ao Plenário sobre a concordância com os pareceres apresentados, considerando que os mesmos possuem caráter opinativo. Após, ao continuar a consulta, o parecer foi aprovado. Imediatamente, o projeto de resolução em questão, foi submetido à discussão. Logo, o Presidente passou a palavra para o Vice-Presidente Divino, para ele poder demonstrar sua posição pelo qual não assinou o projeto. Logo após, o Vice-Presidente Divino, concedeu a palavra ao vereador Abelardo, que usando da palavra, esclareceu que não assinou os projetos do subsídio do prefeito nem dos vereadores, afirmando que essa é sua prerrogativa como legislador e que, como Presidente da Câmara, deve se manter imparcial, embora respeite as decisões dos demais. Ele destacou que todos os vereadores foram eleitos para representar a sociedade e que atuam conforme a Constituição Federal. Abelardo também mencionou desafios pessoais, como o tratamento de sua filha autista, e criticou a falta de obstetras e as longas filas no SUS, enfatizando a necessidade de respeito às diferentes opiniões dos parlamentares. De volta com a palavra para o Presidente, a vereadora Bárbara, pela ordem, esclareceu que o orçamento da Câmara é destinado exclusivamente às suas próprias despesas e não pode ser utilizado para custear tratamentos médicos, como para autistas, ou contratos com profissionais, como obstetras, em conformidade com a legislação vigente. Ela enfatizou a necessidade de cautela ao divulgar informações sobre o orçamento, para evitar a disseminação de dados incorretos. Adicionalmente, mencionou que o vereador Abelardo criticou os valores salariais, mas destacou que o valor de R\$ 8.000 se refere ao salário bruto, e líquido dá quase R\$ 6.000. A Edil, criticou ainda, o atual Presidente da Câmara, que alega fazer economia, mas aprovou um aumento significativo no orçamento da casa, de R\$ 1.782 milhão para R\$ 2.735 milhões em dois anos. Ela defendeu o reajuste salarial proposto, destacando que é destinado

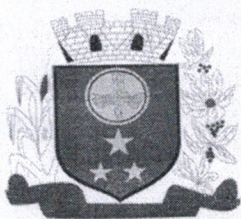


# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO

Rua Dr. Nelson Meireles, 108 - CEP 36.820-000 - Telefax (032) 3743-1452

Divino - MG

aos futuros vereadores e que o salário não é reajustado desde 2014. Comparando sua gestão anterior, ela enfatizou que conduziu o trabalho com responsabilidade, enquanto o atual presidente fez contratações de estagiarias que ela considera questionáveis. Ela também alertou sobre candidatos que estão usando o debate como estratégia eleitoral e prometeu fiscalizar se, caso eleitos, esses candidatos irão realmente renunciar ao aumento que criticam agora. Seguidamente, continuando com o projeto em discussão, o vereador Ulisses, reiterou o apoio à fala da vereadora Bárbara, criticando a postura de alguns vereadores, especialmente do presidente da Câmara, que, segundo ele, tem agido de forma antiética e hipócrita. Ulisses acusou o presidente de incitar a população contra os vereadores em redes sociais, distorcendo informações sobre os salários, o que considerou uma atitude maldosa. Além disso, criticou a incoerência de vereadores que defendem receber um salário mínimo, mas não renunciam à diferença. Ulisses finalizou sugerindo que o presidente, caso não tenha condições de lidar com ameaças, deveria considerar renunciar à presidência. Posteriormente, também usando da palavra, o vereador Leandro, expressou sua frustração com as críticas ao reajuste salarial dos vereadores, questionando a coerência do Presidente da Câmara. Ele criticou a antecipação de informações sobre o reajuste, antes de se tornar um documento oficial. Destacou, ainda, o impacto emocional e financeiro da vida pública em sua vida pessoal. Leandro mencionou a falta de apoio no trabalho legislativo e os custos pessoais, como viagens que ele custeou do próprio bolso. Ele também objurgou outros candidatos que, segundo ele, não têm moral para fazer julgamentos, lamentando a desvalorização do trabalho dos vereadores e o clima de ataques pessoais na política. Imediatamente, o Presidente tentou redirecionar a discussão para o projeto, pedindo ao vereador Leandro que se concentrasse no tema e evitasse questões pessoais. O Presidente destacou o direito constitucional à manifestação pacífica, desde que sem agressões ou ofensas. Leandro, em sua fala, mencionou que o presidente costumava citar o nome de Humberto Debossan, que não estava presente para se defender. Isso gerou uma breve desordem. O Presidente negou a acusação. Prontamente, o vereador Divino usou da palavra, dizendo que o Presidente da câmara por não agir de forma fidedigna, contribuiu para os conflitos em questão. Ele afirmou que o reajuste de R\$ 1.500 não deveria gerar tanta preocupação. E ainda destacou que, em uma reunião privada na sala da presidência, o projeto foi discutido por alguns vereadores Bárbara, Ulisses, Marquinho, Leandro e o Presidente. Segundo o vereador Divino, durante essa reunião, a vereadora Bárbara questionou o presidente se ele devolveria o valor do reajuste caso fosse reeleito, ao que ele respondeu de forma incerta. Após, o Presidente interrompeu Divino, questionando se ele possuía gravações para respaldar suas alegações e acusou-o de estar legislando em causa própria. Divino



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO

Rua Dr. Nelson Meireles, 108 - CEP 36.820-000 - Telefax (032) 3743-1452

*Divino - MG*

respondeu que tinha testemunhas e insistiu na legitimidade de suas afirmações. O vereador Sebastião Real interveio, defendendo o direito de Divino de expressar suas opiniões e criticando o comportamento do presidente, alertando para o desrespeito que poderia surgir se a situação não fosse manejada corretamente. Divino reiterou que possuía testemunhas e pediu respeito ao seu direito de falar, enfatizando que o problema decorreu da falta de respeito mútuo entre os vereadores. Em seguida, outros vereadores, como Bárbara e Leandro, confirmaram ser testemunhas das alegações de Divino. O presidente sugeriu suspender a reunião para acalmar os ânimos, mas Divino continuou questionando o aumento significativo do orçamento da câmara e afirmando que o projeto estava sendo conduzido dentro da legalidade. Sem demora, o vereador Marcos, usando da palavra, ressaltou que esteve presente na reunião privada com o presidente, e é testemunha das discussões. Expressou ainda, sua indignação e frustração com o processo legislativo, ressaltando que a votação para o reajuste salarial só se aplicará no próximo ano. Ele lamentou a falta de reconhecimento pelo trabalho dos vereadores e destacou suas próprias conquistas e contribuições para Bom Jesus. O vereador enfatizou a importância da dignidade e da parceria entre os vereadores, expressou descontentamento com certas posturas e ressaltou que seu trabalho não foi feito pensando em interesses pessoais. Discorreu também, sobre tendência de alguns em criticar nas redes sociais sem se envolver diretamente nas questões, e elogiou o comprometimento de seus colegas. Logo após, o Presidente interrompeu para lembrar sobre a proibição de transmissões ao vivo e Marcos concluiu agradecendo e se dispondo a dialogar sobre seu posicionamento. Sem delonga, ao solicitar o uso da palavra, a vereadora Romilda, expressou tristeza com a situação ocorrida na sessão, defendendo o aumento proposto para os vereadores e destacando a dificuldade do trabalho deles. Ela pediu cuidado ao julgar, lembrando que estar no lugar do outro não é fácil. A Edil mencionou que ocupa a cadeira que foi do "Sucata", um grande homem, e demonstrou respeito por ele. Ainda, elogiou os professores, e pediu respeito especialmente pelas mulheres na política. Ela também aconselhou os eleitores a escolherem seus candidatos com responsabilidade na próxima eleição. Ato contínuo, o vereador Sebastião Real, usando da palavra, destacou a importância de acompanhar a atuação dos vereadores e expressou respeito pelo Presidente e colegas da Câmara. Indagou sobre as dificuldades de administrar um município e compartilhou sua experiência ao lado de antigos Vereadores e prefeitos como Jary de Barros e Gilvan Pinheiro, reforçando seu apoio ao atual prefeito Mauri Ventura, apesar das diferenças políticas. Sebastião afirmou que não está votando pelo aumento salarial para benefício próprio, pois não será candidato novamente, e contou que já fez doações do seu salário de vereador por dois mandatos para instituições. Ele criticou a falta

*[Handwritten signatures in blue ink]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINO

Rua Dr. Nelson Meireles, 108 - CEP 36.820-000 - Telefax (032) 3743-1452

Divino - MG

de respeito e as críticas feitas nas redes sociais, enfatizando a importância do respeito mútuo e da responsabilidade nas eleições. Finalizou pedindo mais amor e respeito entre as pessoas. Após, o Presidente, destacou que o orçamento do município foi ajustado para R\$ 2.735 milhões devido ao projeto do subsídio dos vereadores e que esse orçamento precisa ser enviado à prefeitura até o dia 28 para consolidação ao orçamento do município. Ressaltou ainda, que o projeto de orçamento é legal e constitucional, seguindo as normas necessárias. Ulteriormente, o vereador Sebastião Clarete, usou da palavra, expressando sua tristeza com a situação na reunião, enfatizando a importância de ética, respeito e transparência nas ações dos vereadores. Ele defendeu o aumento salarial em votação, destacando que o ajuste beneficiará os futuros vereadores, e não os atuais. Criticou a exposição do debate nas redes sociais, acusando alguns de se promoverem às custas dos vereadores em exercício. Ele também condenou práticas antiéticas, como "rachadinhas", e argumentou que a falta de coerência e respeito entre os membros da Câmara é a verdadeira causa dos conflitos. E encerrou afirmando que votará a favor do projeto. Ulteriormente, colocou-se o Projeto de Resolução nº004/2024 em votação, sendo aprovado de forma unânime. Logo, foram lidas as redações finais aos Projetos de Lei nº 019/2024 e nº 020/2024; e as redações finais aos Projetos de Resolução nº 003/2024 e nº 004/2024. Todos foram submetidos à discussão e à votação, e foram aprovados por unanimidade. Em seguida, leu-se o Projeto de Lei nº 021/2024, de autoria do vereador Ulisses, que "Dá denominação de Nycollas Henrique Ferreira ao parque infantil da Praça Dr. Genserico Nunes de Oliveira, que especifica, e dá outras providências." Após, o projeto foi encaminhado às comissões pertinentes. A seguir, passou-se para o momento de palavra livre aos vereadores. O Presidente destacou que o orçamento aprovado, foi ampliado para a construção e reforma da casa de R\$ 1.920.000 para R\$ 2.280.000, e que a obra é visível e aberta ao público, demonstrando a transparência e o investimento feito para melhorar as condições da Câmara. Ele também explicou que o orçamento foi ajustado para R\$ 2.735.000 para o ano de 2025, a fim de cobrir o aumento salarial dos vereadores e garantir que não exceda o limite legal de 70%. Esse ajuste foi orientado pela assessoria jurídica e contábil. Além disso, o presidente afirmou que, com relação ao assunto levantado pela Vereadora Bárbara sobre as estagiárias, enfatizou que elas estão atuando de acordo com a lei e têm direito ao estágio, ressaltando a legalidade e a ética envolvida. Não havendo ninguém a fazer o uso da palavra, em nome de Deus, às 19h55, o Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Romilda de Souza Neto, primeira secretária, lavrei a presente ata que, achada conforme, será assinada por mim, pelo presidente e pelos demais Vereadores.